



MUNICÍPIO DE
TERRAS DE BOURO

QUADRIÉNIO 2009/2012

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2014/06/27

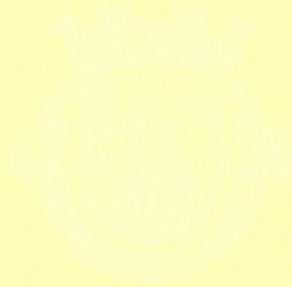
Livro nº.

6

Folha

199

[Handwritten signature]



MUNICÍPIO DE
TERRAS DE BOURO

QUADRO DE...

...

...

Iniciado em 27/09/2020

Concluído em 27/06/2024

Livro nº6
Folha 200

Termo de Encerramento

Contém este livro 200 folhas, todas numeradas e por mim rubricadas com a rubrica _____, que uso.

Paços do Município, 27 de Junho de 20024.

O Presidente,

Guilherme Alves

Iniciado em 27/06/2024

Concluído em ___/___/20__

Livro nº7
Folha 1



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TERRAS DE BOURO

LIVRO DE ATAS

Nº 7

Termo de Abertura

Servirá este livro para nele se exararem as actas das reuniões da Assembleia Municipal supra.

Paços do Município, 27 de Junho de 20024.

O Presidente,

Guilherme Alves

Ata da sessão da Assembleia Municipal de 27 de junho de 2014

----- Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão de Reuniões do Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna, realizou-se a terceira sessão ordinária do ano de dois mil e catorze da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de setembro; -----
2. Análise e votação da Proposta do Movimento do Partido da Terra sobre a prescrição de dívidas ao Município por fornecimento de água; -----
3. Análise e votação da alteração ao Mapa do Pessoal; -----
4. Autorização para a convenção de geminação do Município de Terras de Bouro com o Município de Le Beausset (França). -----

O Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Guilherme Coelho Alves, assumiu a presidência da Mesa e dos trabalhos desta sessão, ocupando o senhor Vítor Fernandes o lugar de Primeiro Secretário e a senhora Marinha Esteves o lugar de Segundo Secretário. -----

----- Estiveram presentes nesta sessão a representar a Câmara Municipal o Presidente do Executivo, Dr. Joaquim José Cracel Viana, e os senhores Vereadores Dr.ª Liliana Machado e Dr. António Afonso. Estiveram presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de vinte e sete, tendo-se verificado as faltas justificadas das senhoras deputadas Maria José Andrade e Clara Sousa, que foram substituídas, nos termos da Lei, pelo senhor deputado João Luís de Campos Esteves e Rui Manuel da Costa Luís e ainda dos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Valdosende e da União de Freguesias de Chorense e Monte. -----

----- Comprovada a existência de “Quórum”, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão e deu a palavra ao Primeiro Secretário para prestar informações sobre a correspondência recebida por esta Assembleia. O senhor Vítor

Fernandes informou que a senhora deputada Maria José Andrade, eleita na lista da coligação PSD/CDS-PP, apresentou um pedido de suspensão de funções por um período de um ano e que será substituída no cargo pelo senhor deputado João Luís de Campos Esteves. Informou também sobre duas moções no campo da saúde e da justiça, enviadas a esta Assembleia por outras Assembleias Municipais, sobre o convite da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga para as cerimónias do aniversário da elevação do Gerês à categoria de Vila e sobre as comunicações e informações enviadas pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, tendo colocado as mesmas à disposição para consulta. -----

----- De seguida, procedeu-se à análise da ata da sessão anterior que mereceu as intervenções para correção dos senhores deputados José Alberto Martins e Manuel Joaquim Sousa. Registadas as correções, a ata foi apresentada a votação, tendo sido aprovada por maioria, com o voto contra do senhor Manuel Joaquim Sousa. -----

----- Iniciado o período de antes da Ordem do Dia, inscreveram-se para usar da palavra os seguintes deputados municipais: José Alberto Martins, Sónia Coura, Manuel Cerqueira, Agostinho Moura, Alexandre Pereira, Manuel Joaquim Sousa e Adriano Afonso. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por conceder a palavra ao senhor deputado José Alberto Martins que iniciou a sua intervenção abordando os resultados das recentes eleições para o Parlamento Europeu. O senhor deputado lamentou a alta taxa de abstenção registada no país, mas congratulou-se, em nome de toda a bancada da coligação PSD/CDS-PP, com os resultados obtidos por esta coligação no concelho de Terras de Bouro, no distrito de Braga e na província do Minho que contribuíram decisivamente para a reeleição do senhor Eng. José Manuel Fernandes, único representante desta região no Parlamento Europeu e que, certamente, continuará a desempenhar as suas funções com disponibilidade, proximidade e competência. Continuando a sua intervenção, o senhor José Alberto Martins apresentou, em nome da coligação PSD/CDS-PP, a solidariedade institucional com o Sr. Presidente da Câmara pelo facto de este ter recebido uma carta anónima que, segundo se consta, maltratava o executivo municipal em permanência. Aproveitou a oportunidade para condenar as “cartas anónimas” que são a negação da

frontalidade democrática. De seguida, o mesmo deputado solicitou ao Sr. Presidente da Câmara informações sobre o ginásio municipal, nomeadamente sobre o CAE, o horário de funcionamento, seguro do espaço, técnico responsável, livro de reclamações e afixação da tabela de preços. Referiu, ainda, que tinha lido num jornal da região que a embarcação Rio Caldo se encontrava a navegar na albufeira da Caniçada sem o devido licenciamento e questionou o que se está a fazer para ultrapassar esta situação de irregularidade. Acrescentou que era do seu conhecimento que o barco tinha navegado alguns meses no ano de dois mil e treze sem qualquer autorização das entidades competentes, uma vez que tinha caducado a licença provisória, concedida pelo período de dez anos. Esta situação, a ser verdade, configura um grave atropelo à responsabilidade e um risco para a autarquia. A propósito da embarcação “Rio Caldo”, propôs a realização de um estudo económico e financeiro tendo em vista a concessão a privados. -----

----- O deputado José Alberto Martins continuou a sua intervenção para aludir ao papel do Gabinete de Inserção Profissional do Município e propôs que o Sr. Presidente da Câmara Municipal apresentasse a esta Assembleia mapas de gestão e indicadores intercalares da atividade da Município. -----

----- Para finalizar a sua intervenção, o deputado José Alberto Martins sugeriu que se divulgassem convenientemente as sessões desta Assembleia de modo a aumentar a participação dos munícipes. “É necessário trazer as pessoas para as sessões deste órgão autárquico”, concluiu. -----

----- Seguidamente, assumiu a palavra a senhora deputada Sónia Coura para solicitar informações sobre o plano e as condições de saúde e higiene no trabalho dos trabalhadores do Município, pois teve conhecimento que nem sempre estas condições são devidamente asseguradas. -----

----- Interveio de seguida o senhor deputado Manuel Cerqueira, começando por questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre o elemento do executivo em permanência que tem a responsabilidade do pelouro do Turismo. Continuando, referiu que a estrada municipal entre Rio Caldo e a vila do Gerês está a ficar bastante degradada e, por isso, deve ser intervencionada. Por último, solicitou informações sobre a recuperação do passeio em madeira junto ao Posto de Turismo de Rio Caldo, uma vez que as obras em curso estão com um ritmo muito lento e será importante manter aquele passeio aberto aos visitantes durante o verão. -----

----- Após estas três primeiras intervenções, iniciou-se o período de respostas e esclarecimentos por parte do senhor Presidente da Câmara. Sobre a intervenção do deputado José Alberto Martins, o Sr. Presidente agradeceu a solidariedade institucional demonstrada perante uma carta anónima a si dirigida, tendo acrescentado que tal carta visava sobretudo alguns funcionários e não tanto o executivo em permanência. Essa carta não mereceu grande atenção, porque as cartas anónimas são sempre condenáveis. Sobre o CAE, o horário de funcionamento, seguro do espaço, técnico responsável, livro de reclamações e afixação da tabela de preços do ginásio municipal na sede do concelho, o Sr. Presidente informou que todos esses aspetos estão devidamente salvaguardados e operacionalizados pela equipa técnica responsável pelo funcionamento desse espaço municipal. Quanto à embarcação Rio Caldo que alegadamente se encontra a navegar na albufeira da Caniçada sem o devido licenciamento, o Sr. Presidente esclareceu que a embarcação possui uma licença de utilização do domínio hídrico público, mas nunca possuiu qualquer certificado de registo ou livrete como é exigido por lei. Esta situação será resolvida a partir do próximo mês de novembro, de acordo com a autorização provisória para navegar durante o presente verão, concedida pela Agência Portuguesa do Ambiente. O Sr. Presidente confirmou que a embarcação “Rio Caldo” navegou durante os últimos meses do ano passado sem a revalidação da licença de utilização do domínio hídrico público, mas tal situação não representou risco de maior, apenas poderia acarretar uma coima para o Município. O seguro da embarcação não perde a eficácia por caducidade desta autorização, que entretanto já foi renovada. Relativamente à proposta de se efetuar um estudo económico-financeiro para posterior concessão a privados da exploração da embarcação “Rio Caldo”, o Sr. Presidente manifestou a sua discordância com tal proposta uma vez que poderia pôr em causa os postos de trabalho de sete funcionários municipais. -----

----- Sobre o papel do Gabinete de Inserção Profissional do Município, o Sr. Presidente salientou o papel decisivo que este Gabinete possui no combate ao desemprego e na formação profissional, concretizando inúmeros contratos de emprego/inserção, contratos de estágios para jovens, cursos de formação para adultos, etc. É, na opinião do Sr. Presidente, o principal motor do emprego e da empregabilidade no Município. Já quanto à apresentação a esta Assembleia de

mapas de gestão e indicadores intercalares da atividade da Município, o Sr. Presidente informou que em todas as reuniões apresenta tais informações e que algumas informações mais pormenorizadas sobre a gestão financeira do Município serão disponibilizadas na próxima sessão deste órgão, de acordo com a legislação em vigor. -----

----- Relativamente à necessidade de trazer as pessoas para as sessões deste órgão autárquico, como sugeriu o deputado José Alberto Martins, o Sr. Presidente salientou que foi o Partido Socialista quem mais contribuiu para a abertura deste órgão à participação dos munícipes. -----

----- A propósito, usou da palavra o Presidente da Assembleia Municipal para recordar que o Partido Socialista, logo após ter assumido a presidência da Assembleia Municipal em novembro de 2009, implementou a itinerância das sessões deste órgão, que se têm efetuado, desde então, em diversas freguesias do concelho, concorrendo assim para a participação e democratização da Assembleia Municipal e, em várias sessões, já se registaram participações e intervenções significativas, como aconteceu na passada sessão do mês de fevereiro, na vila do Gerês. -----

----- O Sr. Presidente retomou o uso da palavra para esclarecer a deputada Sónia Coura sobre o plano e as condições de saúde e higiene no trabalho dos trabalhadores do Município. Referiu que o Município possui uma técnica responsável por esta área, que já foi adjudicada a uma empresa do ramo a prestação de serviços neste âmbito e que a autarquia disponibiliza aos seus funcionários equipamentos próprios de trabalho, tendo acrescentado que alguns funcionários devem ter maior responsabilidade na utilização de tais equipamentos, de modo a garantir a sua segurança e a longevidade desses equipamentos, o que nem sempre tem acontecido uma vez que alguns funcionários solicitam frequentemente novos equipamentos. -----

----- Sobre a intervenção do deputado Manuel Cerqueira, o Sr. Presidente da Câmara informou que o elemento do executivo em permanência que tem a responsabilidade do pelouro do Turismo é ele próprio. Quanto à estrada municipal entre Rio Caldo e a vila do Gerês estar a ficar degradada, o Sr. Presidente referiu que tem consciência dessa situação e, por isso, recentemente se procedeu à pavimentação do troço entre a Assureira e a vila do Gerês. Contudo, o estado da restante via ainda apresenta condições bastante satisfatórias quanto ao piso. Por último, e sobre a requalificação do passeio em

madeira junto ao Posto de Turismo de Rio Caldo, o Sr. Presidente garantiu que, apesar das obras, aquele passeio estará aberto à fruição de turistas e visitantes durante o verão. -----

Após estas informações e esclarecimentos por parte do Sr. Presidente da Câmara, seguiu-se a intervenção do senhor deputado Agostinho Moura. Este deputado começou por pedir informações sobre a situação de condicionamento do trânsito na Estrada Nacional no lugar de São Pantaleão, freguesia da Balança, provocada pela queda do talude da estrada no final de ano de 2013 e que ainda não se encontra resolvida. Pediu também informações sobre as obras de requalificação de espaços públicos na vila do Gerês que devem estar concluídas até ao final do presente ano e ainda não se iniciaram. Questionou ainda sobre o ponto de situação da instalação de uma biblioteca no Gerês, sobre as salas das atividades educativas, como o estudo assistido ou acompanhado por monitores, no Centro de Animação Turística do Gerês, quando as crianças poderiam utilizar as salas da escola primária local, e sobre a construção dos passeios para peões ao longo da estrada municipal entre o Núcleo Museológico e a aldeia do Campo do Gerês. -----

----- Usou de seguida da palavra o senhor deputado Alexandre Pereira para informar que várias pessoas de Vilar da Veiga foram notificadas pelo ICNF para devolverem ao Estado parcelas de terreno que alegadamente ocuparam sem qualquer autorização ou legalidade. Questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre as intenções ou medidas que a Câmara Municipal tomará para solucionar este problema e acautelar os direitos dos atuais proprietários. O mesmo deputado comentou que a abertura de portas para o exterior por parte de alguns lojistas ou comerciantes no Centro de Animação Turística do Gerês, recentemente autorizada pelo Sr. Presidente da Câmara, está a provocar um clima de perturbação entre os comerciantes uma vez que as lojas do interior desse Centro não podem usufruir das mesmas condições das lojas com acesso a partir da rua. Na opinião do senhor deputado, está criada uma situação de desigualdade entre os comerciantes. -----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao senhor deputado Manuel Joaquim Sousa, que começou por pedir ao Sr. Presidente da Câmara esclarecimentos sobre os critérios para a atribuição de subsídios ou apoios financeiros às diversas

instituições culturais e sociais do concelho, apresentando como exemplo de aparente ausência de critérios a atribuição de um apoio mensal de quinhentos euros às delegações da Cruz Vermelha Portuguesa do concelho e de dois mil e quinhentos euros por mês à Banda Musical de Carvalheira que, além deste apoio mensal, ainda recentemente foi contemplada com um apoio suplementar de vinte mil euros. -----

----- O mesmo deputado apresentou as seguintes situações que se verificam no Centro Comercial do Gerês, propriedade do Município: há infiltrações de água numa das lojas, que nunca foram solucionadas e que têm provocado avultados prejuízos; a abertura de portas para o exterior por parte de alguns comerciantes do Centro Comercial está a provocar a diminuição de clientes no interior desse Centro, o que contribui para a diminuição do negócio de outros comerciantes; o Centro Comercial não apresenta a limpeza necessária. -----

----- Continuando a sua intervenção, o deputado Manuel Joaquim Sousa solicitou informações sobre o Conselho Municipal da Juventude e o Gabinete de Apoio à Juventude, sobre a concretização do plano de valorização turística do concelho que deve ser concretizado em cinco anos e que prevê a criação do Gabinete de Turismo, a internacionalização da marca Gerês e a consolidação do Conselho Municipal de Turismo. -----

----- Para finalizar a sua intervenção, desaprovou a cobrança de taxas no PNPG pelo ICNF, que considera injustificadas e causadoras do afastamento de turistas e visitantes, e solicitou informação sobre as medidas que a Câmara Municipal tem tomado sobre esta matéria, bem como informações sobre as medidas implementadas pela Proteção Civil no âmbito da prevenção dos fogos florestais, sobre a construção da praia fluvial do Alqueirão e sobre o andamento do plano municipal de regularização de dívidas ao Município. -----

----- De seguida, usou da palavra o senhor deputado Adriano Afonso que apelou à preservação e divulgação do espólio histórico e cultural do concelho, nomeadamente as Trincheiras do Campo do Gerês e as publicações sobre o concelho. Mudando de assunto, solicitou uma intervenção na área dos ecopontos do lugar de Moure, freguesia da Balança, de modo a requalificar o espaço, pois em várias alturas do ano a lama provocada pela chuva impede a utilização desses ecopontos. -----

----- Após estas quatro intervenções, seguiu-se novo período de respostas e esclarecimentos por parte do Sr. Presidente da Câmara. Sobre a intervenção do

deputado Agostinho Moura que aborda a situação de condicionamento do trânsito na Estrada Nacional no lugar de São Pantaleão, freguesia da Balança, O Sr. Presidente informou que já contactou por diversas vezes, quer por escrito que por telefone, a senhora diretora das Estradas de Portugal do distrito de Braga para que esta situação seja resolvida rapidamente, lamentando, como por diversas vezes já manifestou, o atraso na concretização das obras. A Câmara Municipal não vai assumir as responsabilidades que cabem a outras instituições, concluiu o Sr. Presidente. A respeito das obras de requalificação de espaços públicos na vila do Gerês, informou que está a decorrer o procedimento do concurso público e que não seria oportuno avançar com tais obras durante a época termal. Sobre a instalação de uma biblioteca no Gerês, informou que estão previstas obras numa das salas do Centro de Animação Turística do Gerês para esse fim, mas neste momento já existe uma sala de leitura e de informática que é muito frequentada pelas crianças e por adultos de Vilar da Veiga. Quanto à utilização de salas para as atividades educativas, nomeadamente o apoio ao estudo, no CAT do Gerês e não na escola primária do Gerês, deve-se ao facto de estar instalado no CAT o Centro Municipal de Valências de Apoio à Comunidade, que presta vários apoios às crianças e jovens de Vilar da Veiga. -----

----- Sobre a construção dos passeios para peões ao longo da estrada municipal entre o Núcleo Museológico e a aldeia do Campo do Gerês, o Sr. Presidente informou que dificilmente se concretizará tal obra uma vez que envolve vários terrenos particulares, alguns dos quais pertencentes a herdeiros, o que complica e até impede a compra desses terrenos. -----

----- Relativamente à preocupação do deputado Alexandre Pereira quanto às notificações do ICNF enviadas a alguns proprietários de Vilar da Veiga, o Sr. Presidente da Câmara informou que o Gabinete de Apoio Jurídico do Município prestará todo o apoio necessário aos munícipes que se sentirem prejudicados ou injustiçados. Sobre a abertura de portas para o exterior por parte de alguns lojistas do Centro de Animação Turística do Gerês, o Sr. Presidente não concorda com a opinião do senhor deputado, pois considera que tal abertura contribuirá para a dinamização do comércio em todo o Centro Comercial. -----

----- Abordando de seguida a intervenção do deputado Manuel Joaquim Sousa, o Sr. Presidente esclareceu que os critérios para a atribuição de subsídios ou

apoios financeiros às diversas instituições culturais e sociais do concelho são definidos pelo executivo municipal nas suas reuniões quinzenais. As três delegações da Cruz Vermelha Portuguesa do concelho recebem atualmente, cada uma, um apoio fixo no montante anual de seis mil euros, quando há três anos atrás só recebiam apenas dois mil euros. A Banda Musical de Carvalheira é um ícone cultural do concelho, com cento e setenta e cinco anos de existência, é uma escola de educação artística e promotora de uma educação social e cívica por todos reconhecida e valorizada. É manifestamente merecedora do apoio financeiro anual de trinta mil euros que a Câmara Municipal lhe atribui. Esta instituição foi recentemente apoiada pela Câmara Municipal no montante de vinte mil euros para obras na sua sede e salão de ensaios e para aquisição de novos instrumentos. -----

---- Continuando a responder às solicitações do deputado Manuel Joaquim Sousa, o Sr. Presidente referiu que as infiltrações de água numa das lojas do Centro Comercial do Gerês deve-se a um defeito de construção que não é possível resolver sem um avultado investimento. Sobre a abertura de portas para o exterior no mesmo Centro Comercial, reiterou que considera que tal abertura de portas contribuirá para a dinamização do comércio nesse local. Se o Centro Comercial não se apresenta devidamente limpo, como afirma o senhor deputado, averiguará sobre esta situação e tomará as medidas necessárias para que a limpeza seja preservada. O Sr. Presidente informou o senhor deputado que o Conselho Municipal da Juventude será concretizado até ao próximo mês de outubro e que o Gabinete de Apoio à Juventude já se encontra em funcionamento. Sobre a concretização do plano de valorização turística do concelho, já está criado e em funcionamento o Gabinete de Turismo, está em marcha o processo de internacionalização da marca Gerês e o Conselho Municipal de Turismo é já um órgão consultivo com grande relevo na programação e na avaliação das atividades de promoção do turismo. -----

---- Sobre o ponto de situação das taxas no Parque Nacional, (doravante PNPG), o Sr. Presidente informou que nas reuniões do Conselho Estratégico do PNPG, nas reuniões com diretores do ICNF e com o Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, sempre solicitou a eliminação dessas taxas. Sobre as medidas implementadas pela Proteção Civil municipal e distrital no âmbito da prevenção dos fogos florestais, o Sr. Presidente informou que as equipas de Sapadores Florestais do concelho têm procedido à

limpeza de terrenos florestais e que está preparado um amplo dispositivo de vigilância e de fiscalização, por parte do ICNF e da GNR, para a presente época de verão. -----

----- Quanto à construção da praia fluvial do Alqueirão, o Sr. Presidente informou que o projeto já foi candidatado aos Fundos Comunitários, sem sucesso, e será novamente candidatado no âmbito do Quadro Estratégico Comunitário que agora se inicia até dois mil e vinte. Sobre o plano municipal de regularização de dívidas ao Município, o Sr. Presidente comunicou que está em curso tal plano e que os resultados estão a ser bastante positivos, pois muitos munícipes têm liquidado as suas dívidas. Numa próxima reunião deste órgão prestará informações mais precisas sobre este assunto. -----

----- Para comentar a intervenção do deputado Adriano Afonso, o Sr. Presidente manifestou a sua concordância com as preocupações históricas e culturais do senhor deputado. Quanto à requalificação do espaço onde estão os ecopontos do lugar de Moure, freguesia da Balança, o Sr. Presidente referiu que já tinha sido alertado para a necessidade de se proceder a uma intervenção nesse local que será concretizada oportunamente. -----

----- Seguiu-se o período reservado às intervenções do público presente, tendo solicitado o uso da palavra o senhor António Freitas e o senhor Basílio Leitão Alves. -----

----- Iniciou a sua intervenção o senhor António Freitas, morador da freguesia do Campo do Gerês, para solicitar o alargamento da rua da Cerdeira, uma rua muito movimentada e muito estreita. Se acontecer um acidente, de quem é a responsabilidade? – questionou. Comentou ainda a pouca ou nenhuma urgência da repavimentação em curso na rua de Fundevila e criticou o funcionamento da ETAR instalada na sua freguesia, que não possui capacidade para tratar os esgotos durante o verão com o aumento significativo da população da freguesia, devido ao parque de campismo, à pousada de juventude e às casa de alojamento local. Sendo a freguesia do Campo do Gerês um local de eleição de turismo de natureza, não se pode aceitar que a ETAR local contribua para afastar os turistas e denegrir a imagem da freguesia, concluiu. -----

----- Seguiu-se a intervenção do senhor Basílio Leitão Alves, da freguesia de Carvalheira, que se assumiu como representante de alguns munícipes presentes

nesta sessão, tendo abordado a situação dos contratos de prestação de serviços por parte da autarquia. O senhor Basílio Alves informou que, neste momento, presta serviço para a autarquia e quer saber qual a sua situação no futuro, pois tem ouvido dizer que a contratação de prestação de serviços irá terminar. A sua preocupação aumenta face à sua situação familiar, uma vez que o seu trabalho é o único sustento da sua família. Se ficar sem trabalho, o que será da sua família? - questionou para concluir a sua intervenção. -----

----- Após estas duas intervenções do público, usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara. Sobre a intervenção do senhor António Freitas, o Sr. Presidente informou que o alargamento da rua da Cerdeira só ainda não foi concretizado por manifesta falta de meios financeiros e se acontecer algum acidente nessa rua, a responsabilidade será dos condutores que devem adaptar a sua condução às características da via. Sobre a repavimentação da rua de Fundevila, o Sr. Presidente considera que se trata de uma intervenção oportuna e sobre o mau funcionamento da ETAR local, comprometeu-se a continuar a fazer tudo o que for possível para resolver esse problema. Espera que o Quadro Comunitário de Apoio que agora se inicia possa responder aos problemas ambientais. -----

----- Quanto à intervenção do senhor Basílio Alves, o Sr. Presidente informou que a autarquia continuará a contratar prestadores de serviços sempre que tal se justificar e, se depender de si, não cessará qualquer contrato que se mostre necessário. A autarquia, face à legislação em vigor, não pode contratar trabalhadores a não ser através da prestação de serviços, salientou o Sr. Presidente da Câmara, e assim continuará enquanto se afigurar absolutamente necessário para o cabal desempenho das obrigações e das competências da autarquia. -----

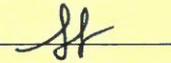
----- Terminado este período de “antes da ordem do dia”, entrou-se de seguida nos pontos da Ordem de Trabalhos, que eram os seguintes: -----

1. **Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro;** -----
2. **Análise e votação da Proposta do Movimento do Partido da Terra sobre a prescrição de dívidas ao Município por fornecimento de água;** -----
3. **Análise e votação da alteração ao Mapa do Pessoal;** -----
4. **Autorização para a convenção de geminação do Município de Terras de**

Bouro com o Município de Le Beausset (França). -----

---- Para dar início aos assuntos da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por apresentar a situação económica e financeira do Município, referindo o montante da receita e da despesa até ao dia vinte e três de junho, a saber, o valor da receita é de cinco milhões, cento e quarenta e três mil e oitocentos e setenta e oito euros e o valor da despesa de quatro milhões, oitocentos e sete mil e seiscentos e quinze euros. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Câmara procedeu à apresentação das atividades do Município realizadas entre o dia vinte e cinco de abril, data da última sessão deste órgão, e o dia da presente sessão, tendo evidenciado o seguinte: "No âmbito do turismo, o Município esteve presente na Feira das Viagens realizada no Palácio da Bolsa do Porto, na Feira de Turismo de Tours (França), através da Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte, na Feira Ibérica de Turismo, realizada na cidade da Guarda, na Loja de Turismo da Entidade Regional de Turismo em Santiago de Compostela, na Feira do Vinho Verde, Gastronomia e Turismo do Minho, realizada no Parque de Exposições de Braga, e no evento Sexta Feira Treze, em Montalegre. Foi concretizado um protocolo com a Associação de Turismo do Porto e a Associação Gerês Viver Turismo no âmbito da internacionalização da marca Gerês/Terras de Bouro. O Município assegurou a abertura do Parque de Campismo do Videiro através da celebração de um protocolo de cedência por parte do ICNF. Associados à dinamização do turismo e à projeção do concelho está a inauguração do Trilho da Serra Amarela e diversos eventos desportivos, culturais e gastronómicos, de que se destacam a primeira edição do Gerês Trail Adventure, o VII Ultra Trail da Geira, o II Gerês Granfondo Cycling Road, as provas de BTT promovidas pela Associação Cabra do Gerês e pela Associação Cultural e Desportiva de Chorense, os torneios desportivos, etc. Destacam-se ainda a 2.ª Feira da Chanfana de Cabra da Ermida e a 1.ª Feira do Cabrito Biológico da Serra do Gerês. No âmbito da cultura, destacam-se as comemorações dos 500 anos da atribuição do foral a Terras de Bouro pelo rei D. Manuel, e a nível da educação artística o papel da Escola de Música do Centro Municipal de Valências. No campo social, evidenciam-se os rastreios de doenças cardiovasculares, o dia



mundial da criança e do ambiente, as marchas populares, os projetos envelhecer a sorrir e bem envelhecer e o ATL de verão, tanto nas freguesias do Vale do Homem como do Vale do Cávado. Quanto a obras municipais, de destacar a pavimentação de vias e ruas municipais.” -----

----- Aberto posteriormente o período de inscrições para comentar ou avaliar este ponto da ordem de trabalhos, não se verificou qualquer intervenção. -----

----- Dando cumprimento ao segundo ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao deputado do Movimento do Partido da Terra, Sr. Manuel Joaquim Sousa, uma apresentação da sua proposta para a constituição de uma comissão de inquérito às dívidas ao Município por fornecimento de água. O senhor deputado apresentou a sua proposta, que se anexa a esta ata, tendo sido de seguida colocada à consideração dos membros da Assembleia Municipal para apreciação. -----

----- Usou da palavra o deputado José Alberto Martins para salientar que muitas dívidas ao Município por fornecimento de água já estarão prescritas e será conveniente apurar e clarificar esta situação. Também lhe parece insustentável que o Município exija o pagamento de dívidas prescritas. -----

----- Solicitou o uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara para ler uma informação do Gabinete de Apoio Jurídico do Município sobre a legalidade da cobrança de obrigações prescritas, que se transcreve em parte: “A prescrição é um instituto que tem por finalidade primordial estabelecer um período temporal para o exercício de direitos, por razões de certeza, segurança jurídica e, lateralmente, pacificação social. Ao contrário da figura da caducidade, em que o direito se extingue, no caso da prescrição o direito apenas enfraquece, transformando-se de obrigação jurídica em obrigação natural. É de notar que a prescrição não é do conhecimento oficioso, carecendo de ser expressamente invocada por aquele que dela se pretende prevalecer. Se assim não ocorrer, a prescrição não opera. É manifestamente legal promover a cobrança coerciva de uma obrigação prescrita, conclusão absolutamente pacífica e unânime ao nível da lei, da doutrina e da jurisprudência.” -----

----- Esclarecida a Assembleia, a proposta foi colocada a votação, tendo sido rejeitada, com quinze votos contra, três abstenções e sete votos a favor. -----

----- Passando ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Câmara informou que a alteração proposta ao Mapa de Pessoal da autarquia se deve ao facto de estar autorizada pela Assembleia Municipal a criação de catorze

subunidades orgânicas e só existirem doze postos de trabalho da categoria de coordenador técnico. Trata-se de uma incongruência que é necessário corrigir. ---

----- Solicitou o uso da palavra o deputado José Alberto Martins para referir que a alteração proposta faz sentido e que não vê qualquer inconveniente nessa alteração. -----

----- Não se registando mais intervenções, a proposta de alteração ao Mapa de Pessoal foi colocada a votação e aprovada por maioria, com a abstenção do senhor deputado do MPT. -----

----- Logo de seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o quarto ponto da ordem de trabalhos, passando a palavra ao senhor Presidente da Câmara que salientou a importância do Município criar laços com as comunidades de emigrantes através da geminação com as localidades onde estão inseridos. É o caso da geminação com a localidade francesa de Le Beausset, onde vivem muitos emigrantes portugueses e alguns terrabourenses. --

----- O deputado José Alberto Martins referiu que a geminação com Le Beausset já foi publicamente apresentada sem ter sido previamente aprovada pela Assembleia Municipal. Lembrou que o Município já está geminado com Saint Arnoult en Yvelines, outra localidade francesa, e não vê grande relevância na concretização de outra geminação. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara Municipal esclareceu que, na recente deslocação à localidade de Le Beausset, lhe foi apresentado um protocolo de geminação que decidiu assinar, por força das circunstâncias, perfeitamente consciente de que deveria colocar o assunto à apreciação da Assembleia Municipal e também convicto de que esta Assembleia não desaprovava tal geminação. -----

----- Colocado à votação, o quarto ponto da Ordem de Trabalhos foi aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor e cinco abstenções. -----

----- Sendo vinte e três horas, e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim que a secretariei. -----

Livro nº. 7
Folha 9
st

O Presidente da Assembleia Municipal

Guilherme José Coelho Alves

O Secretário da Assembleia Municipal

[Handwritten Signature]

